

Marcelo Pereira da Silva
(Organizador)



A Influência da Comunicação

Marcelo Pereira da Silva

(Organizador)

A Influência da Comunicação

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Faria – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
143	<p>A influência da comunicação [recurso eletrônico] / Organizador Marcelo Pereira da Silva. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019.</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistemas: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-684-3 DOI 10.22533/at.ed.843190710</p> <p>1. Comunicação – Pesquisa – Brasil. 2. Jornalismo. I. Silva, Marcelo Pereira da.</p> <p style="text-align: right;">CDD 303.48</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A sociedade contemporânea se caracteriza pelo avanço de investigações e inquietações em busca – e em torno – da epistemologia da Comunicação, por meio de estudos de diversas áreas: Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas, Marketing, Design, Produção Audiovisual, etc.

Sob o enfoque de campos teórico-metodológico-empíricos que evidenciam a complexidade da Comunicação e sua pluralidade investigativa, este livro coloca na ribalta a influência da Comunicação, tanto a de massa quanto a virtual, considerando-a como instituição social dotada de poder na qual/pela qual transitam discursos, emergentes formas de socialidade, de interatividade, diálogo, negociação, conflito e convivência.

Levamos em conta a onipresença generalizada da Comunicação, haja vista que sua necessidade confunde-se com o ar e faz surgirem diversas pesquisas acerca de seus efeitos e influências, tanto em nível de emissão como de recepção e circulação de sentidos.

Assim, esta obra reúne artigos de pesquisadores de diferentes regiões do Brasil, preocupados com o status da Comunicação e suas influências no contexto de uma sociedade midiaticizada na qual as redes/mídias, sejam de massa, sejam virtuais, ocupam um lugar central na consolidação da democracia, da participação, na ressignificação de práticas de ensino e na construção de um saber que traduza a complexidade do tecido social e responda às aporias do contemporâneo.

Abordamos a Influência da Comunicação por meio de 25 artigos divididos em 3 partes: A primeira engloba discussões a respeito da influência do Jornalismo em suas muitas nuances na sociedade contemporânea; a segunda envolve a influência do ensino, políticas públicas, Comunicação de marcas e participação social; a terceira abarca a influência da Comunicação no contexto das redes/mídias sociais da Internet

Este arcabouço de produções científicas problematiza os influxos do Jornalismo, do ensino e da prática das atividades/profissões da Comunicação e das Redes e Mídias Sociais digitais. Caracterizada pela inter/trans/multidisciplinaridade e proliferação de tecnologias disruptivas, a Comunicação, ontologicamente, tem como propósito fomentar a aproximação dos pontos de vista, produzindo respeito e tolerância; contrariamente, observamos certo alargamento do fetiche da visibilidade e o alastramento da incompreensão do mundo e do Outro.

Necessitamos renovar as condições teóricas, epistemológicas e práticas da Comunicação e do crucial laço social, tão frágil nas sociedades expostas aos fortes ventos da globalização, da midiaticização e do consumismo sem bússola.

(Re)conhecer a essencialidade e a influência da Comunicação para a sociedade, as organizações, os Estados-nação e os sujeitos, tornou-se *conditio sine qua non* para a paz no/do mundo e a redução das desigualdades econômicas, culturais e sociais, admitindo seus desafios e dificuldades, mas abraçando as oportunidades e esperanças que da Comunicação emanam.

Marcelo Pereira da Silva

SUMÁRIO

PARTE 1: A INFLUÊNCIA DO JORNALISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 1	1
A MULHER JORNALISTA NO CINEMA AMERICANO	
Beatriz dos Santos Viana	
DOI 10.22533/at.ed.8431907101	
CAPÍTULO 2	12
RADIOJORNALISMO EM REDE: AS ADAPTAÇÕES DAS RÁDIOS BAND NEWS DIFUSORA E RIO MAR PÓS-MIGRAÇÃO DE AM PARA FM	
Edilene Mafra Mendes de Oliveira	
Gilson Vieira Monteiro	
Manoela Mendes Moura	
Elieana Monteiro de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.8431907102	
CAPÍTULO 3	25
ANÁLISE DA COBERTURA DE PROBLEMAS AMBIENTAIS PELO JORNAL ONLINE “DIÁRIO DE PERNAMBUCO”	
Natascha Almeida Dantas	
Allan Soljenítsin Barreto Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.8431907103	
CAPÍTULO 4	36
PROXIMIDADE NO TELEJORNALISMO: PERSPECTIVAS DE ABORDAGEM NAS ESCALAS LOCAL E REGIONAL	
José Tarcísio da Silva Oliveira Filho	
DOI 10.22533/at.ed.8431907104	
CAPÍTULO 5	55
A REVISTA WIRED COMO DISPOSITIVO: ANÁLISE INTERPRETATIVA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO DISCURSO MIDIÁTICO	
Thalis Macedo Moura	
DOI 10.22533/at.ed.8431907105	
CAPÍTULO 6	68
“RAZÕES PARA ACREDITAR”: UMA ANÁLISE DOS CRITÉRIOS DE NOTICIABILIDADE DO PORTAL DE BOA NOTÍCIA	
Maria Clara Chagas de Menezes	
Mariana Fontenele Braga de Sena	
DOI 10.22533/at.ed.8431907106	
CAPÍTULO 7	78
ENTRECRUZAMENTOS DE NARRATIVAS HISTÓRICAS E FICCIONAIS: A DESILUSÃO DE HENFIL EM TANGA (1987)	
Márcia Neme Buzalaf	
DOI 10.22533/at.ed.8431907107	

CAPÍTULO 8 87

DEUS SALVE O REI E O GOVERNO BRASILEIRO: APROXIMAÇÕES ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Evelyn Iris Leite Morales Conde
Fábio Mamoré Conde

DOI 10.22533/at.ed.8431907108

PARTE 2: A INFLUÊNCIA DO ENSINO, POLÍTICAS PÚBLICAS, COMUNICAÇÃO DE MARCAS E PARTICIPAÇÃO

CAPÍTULO 9 99

COMUNICAÇÃO DE RISCO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA DE COMUNIDADES TRADICIONAIS EM PROCESSOS DE TOMADA DE DECISÃO NO RIO SÃO FRANCISCO

Michele Amorim Becker
Sonia Aguiar Lopes

DOI 10.22533/at.ed.8431907109

CAPÍTULO 10 111

COMUNICAÇÃO DE MARCAS TERRITORIAIS: UM MODELO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL E DE CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES NO E COM O LUGAR

Patrícia Cerqueira Reis

DOI 10.22533/at.ed.84319071010

CAPÍTULO 11 125

DIFICULDADES NA APLICAÇÃO DO DESIGN THINKING PARA O DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS PUBLICITÁRIOS: UMA EXPERIÊNCIA EM SALA DE AULA

Amarinildo Osório de Souza
Camilla Rosas Gomes
Jhonatas Lima de Souza
Melissa Lima Cabral

DOI 10.22533/at.ed.84319071011

CAPÍTULO 12 141

EDUCOMUNICAÇÃO, DISCIPLINA OPTATIVA NOS CURSOS DE LICENCIATURA DO IFCE – CAMPUS ACARÁU

Amaurícia Lopes Rocha Brandão

DOI 10.22533/at.ed.84319071012

CAPÍTULO 13 153

ELEMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE ACESSO ABERTO PARA UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Ivanilma de Oliveira Gama
Lidiane dos Santos Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.84319071013

CAPÍTULO 14 160

MODERNIDADE LÍQUIDA: A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES PÚBLICOS BRASILEIROS FRENTE ÀS INCERTEZAS DA PÓS-MODERNIDADE

Gustavo Freitas Pena Vieira
Rose Mara Vidal de Souza

DOI 10.22533/at.ed.84319071014

CAPÍTULO 15 173

O MERCADO DA BIBLIODIVERSIDADE: UMA BREVE ANÁLISE DA DINÂMICA DE CAPITAIS DAS EDITORAS PATUÁ E LOTE 42

Samara Mirian Coutinho

DOI 10.22533/at.ed.84319071015

CAPÍTULO 16 185

PODCAST ANTROPOFÁGICO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA PRODUÇÕES SONORAS EM COMUNICAÇÃO

Luan Correia Cunha Santos
Lisiane Machado Aguiar

DOI 10.22533/at.ed.84319071016

CAPÍTULO 17 197

O CINEMA E O DUPLO: ANÁLISE MIMÉTICA DO FILME MARINA

Bárbara dos Santos Oliveira
Crislene Susane Fernandes Moreira
Alexandre Bruno Gouveia Costa

DOI 10.22533/at.ed.84319071017

CAPÍTULO 18 208

OS FATORES PROJETUAIS DE CRIAÇÃO DA CAPA DO DISCO *CLUBE DA ESQUINA* (1972)

Valéria Nanci de Macêdo Santana

DOI 10.22533/at.ed.84319071018

PARTE 3: A INFLUÊNCIA DA COMUNICAÇÃO E DAS REDES SOCIAIS DA INTERNET

CAPÍTULO 19 217

CIRCULAÇÃO DE SENTIDOS NA CENOGRAFIA “FUI ENGANADO PELA EMPRESA!” – O DISCURSO DO CONSUMIDOR NO SITE DE REDE SOCIAL RECLAME AQUI

Marcelo Pereira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84319071019

CAPÍTULO 20 230

AS POTENCIALIDADES DA REDE SOCIAL NA ALAVANCAGEM DE EVENTOS ACADÊMICOS

Valéria Macedo
Daniele Dantas
Rodrigo Duarte Guedes
Marcos do Couto Bezerra Cavalcanti

DOI 10.22533/at.ed.84319071020

CAPÍTULO 21	243
A COBERTURA JORNALÍSTICA DA IMPRENSA EM ÉPOCA DE NOVAS TECNOLOGIAS E ATIVISMO NAS REDES SOCIAIS	
Aline da Silva Novaes Vitória de Figueiredo Brandão Souza	
DOI 10.22533/at.ed.84319071021	
CAPÍTULO 22	252
EVOcando CARTÕES POSTAIS NO INSTAGRAM: ESTUDO AUTOMATIZADO DE IMAGENS	
Tarcízio Silva Mariana Zanotti	
DOI 10.22533/at.ed.84319071022	
CAPÍTULO 23	266
COMO OS BRASILEIROS PERCEBEM O INSTANTÂNEO ATRAVÉS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA DA FOTOGRAFIA DIGITAL	
Beatriz Vieira e Silva	
DOI 10.22533/at.ed.84319071023	
CAPÍTULO 24	277
REDES SOCIAIS NA INTERNET E A ECONOMIA ÉTNICA: BREVE ESTUDO SOBRE O AFROEMPREENDEDORISMO NO BRASIL	
Taís Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84319071024	
CAPÍTULO 25	290
PERSPECTIVAS FOLKCOMUNICACIONAIS: UM OLHAR SOBRE LAMBADÃO E INTERATIVIDADE	
Aline Wendpap Nunes de Siqueira Joilson Francisco da Conceição	
DOI 10.22533/at.ed.84319071025	
CAPÍTULO 26	302
SEMIÓTICA E MEMÉTICA NOS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO	
Eduardo Correa de Godoy Maria Clotilde Perez	
DOI 10.22533/at.ed.84319071026	
SOBRE O ORGANIZADOR	314
ÍNDICE REMISSIVO	315

DEUS SALVE O REI E O GOVERNO BRASILEIRO: APROXIMAÇÕES ENTRE A FICÇÃO E A REALIDADE

Evelyn Iris Leite Morales Conde

Universidade Federal de Rondônia (UNIR),
Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas (NUCSA),
Porto Velho/RO

Fábio Mamoré Conde

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia de Rondônia (IFRO), Diretoria de
Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI),
Porto Velho/RO

RESUMO: A reflexão crítica descrita a seguir foi desencadeada pela interpretação de uma cena da novela Deus Salve o Rei, da Rede Globo de Televisão, e sua assimilação com algumas ações do então governo de Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Como campo empírico, além de episódios do novelístico global, foram analisadas publicações de *sites* de notícias de entidades da sociedade civil e do aparelho governamental da época. Correlacionaram-se elementos: impopularidade da gestão, democracia e políticas educacionais, aos enunciados das personagens da ficção e dos discursos e ações do então referido Presidente da República publicados durante seu mandato. Demonstam-se aproximações de alguns atos da personagem do Rei na ficção com a atuação do então governo Temer na vida real, resultando em feitos autoritários e com baixa aprovação

nas pesquisas de opinião pública.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia. Educação. Novela. Governo Michel Temer.

GOD SAVES THE KING AND THE BRAZILIAN GOVERNMENT: APPROXIMATION BETWEEN FICTION AND REALITY

ABSTRACT: The critical reflection described below was triggered by the interpretation of a scene from the soap opera God Save the King, from Rede Globo de Televisão, and its assimilation with some actions of the then government of Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), Brazilian Democratic Movement (MDB). were analyzed episodes of the global novelist, publications of news sites of civil society entities and Temer's government. The elements correlated were: unpopularity of management, democracy and educational policies, the statements of fictional characters and the speeches and actions of the then President published during his term. Demonstrations of some of the acts of the King's character in fiction are demonstrated with the performance of the then real government, resulting in authoritative actions and low popularity.

WORDKEYS: Democracy. Education. Soap opera. Michel Temer's Government.

1 | INTRODUÇÃO

O texto é uma exposição crítica empírica pontual, a partir da percepção e correlação de assuntos abordados na ficção e na realidade brasileira. Trata-se de um diálogo, sem vínculos a grupos de pesquisa acadêmicos, que muito se aproxima de um desabafo ao observar a ficção e sua assimilação com a realidade, ou vice-versa, no que se refere ao modo de governar, seja em uma monarquia da ficção ou no contexto da república federativa da realidade.

Nessa reflexão sobre a ficção e a realidade, aborda-se parte da estória sobre um reino, um povo descontente com seu Rei e seus devaneios em um (des)governo. Trata-se de uma trama da Rede Globo de Televisão, intitulada Deus Salve o Rei, exibida no horário das 19 horas, de 9 de janeiro a 30 de julho de 2018, em 174 capítulos, sob direção de Fabrício Mamberti e criação de Daniel Adjafre. Nas palavras de seu criador, nas redes sociais, a novela é um espaço de “crítica ao poder, aos reis, aos governantes”.

A maior parte da novela teve como cenário medieval o Reino denominado de Montemor, que tinha como Rainha a personagem Crisélia, interpretada pela atriz Rosamaria Murtinho. Ela era avó de dois príncipes: Afonso e Rodolfo de Monferrato, interpretados, respectivamente, pelos atores Rômulo Estrela e Johnny Massaro. Com a morte da Rainha, a sucessão ao trono se daria pelo mais velho dos netos, Afonso, preparado desde a infância para assumir o posto de Rei. Porém, ao se apaixonar por uma mulher que pertencia à plebe do reino vizinho, denominado Artena, decidiu abdicar da coroa. Dessa forma, o trono foi ocupado por seu irmão mais novo, Rodolfo, o qual nunca foi preparado para tal, mas, sem escolha e tomado pelo desejo de poder, foi coroado Rei de Montemor (GSHOW, 2018).

Ainda sobre o enredo da novela, salienta-se que, pela falta de preparo do novo Rei e pela condição em que foi coroado, muitas ações atrapalhadas foram sendo concretizadas em seu reinado. Ações que tornaram o Reino de Montemor um local de incertezas políticas e sociais, ocasionadas por um monarca despreparado, inconsequente e soberbo.

A partir da lembrança da frase célebre da ficha técnica das novelas, “[...] essa é uma obra de ficção e qualquer semelhança com a realidade é mera coincidência [...]”, que de um olhar crítico a uma cena de novela, os autores desse texto enxergaram uma possível problematização entre a ficção e a realidade. É a novela oferecendo “[...] mecanismos de interatividade e uma dialética entre o tempo vivido e o tempo narrado e que se configura como uma experiência ao mesmo tempo cultural, estética e social” (LOPES, 2003, p. 29-30).

Salienta-se que não há intenção de aprofundar a assimilação da política brasileira com o fictício novelístico sob aporte analítico da *folkcomunicação*, apesar de elencar elementos dessa teoria no corpo do trabalho. Compreende-se que a relação de parte do conteúdo da ficção à realidade governamental do país poderia resultar em expressivo

e relevante estudo à luz da referida teoria, no âmbito da conjuntura política da época.

Como campo empírico, além de episódios da novela global supracitada, a tessitura textual baseia-se em informações e discursos publicados em *sites* de notícias de entidades da sociedade civil e da sociedade política (GRAMSCI, 1976), sobremaneira, relacionadas ao campo da educação. Na ficção e na realidade são observadas aproximações quando o assunto remete-se à impopularidade do governo, à democracia e às políticas sociais, despertos a partir dos enunciados da personagem do Rei de Montemor, Rodolfo de Monferrato; e da realidade, com o então Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018), do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), diante de alguns atos oficiais governamentais materializados por decretos, medidas provisórias, projetos de lei, entre outros.

2 | DEUS SALVE O REI: CARACTERIZAÇÕES SOBRE O EPISÓDIO NOVELÍSTICO

No aguardo do noticiário noturno da Rede Globo de Televisão, para apreender a intencionalidade das informações a serem noticiadas sobre a sessão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do *habeas corpus* preventivo do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), do Partido dos Trabalhadores (PT); um trecho da novela que antecedia ao Jornal Nacional chamou a atenção desses autores.

A cena, intitulada “Rodolfo se lamenta com Orlando e Petrônio” (GSHOW, 2018), integrou o episódio da novela Deus Salve o Rei exibido em 22 de março de 2018, e demonstra a preocupação do Rei pela percepção negativa do povo sobre sua gestão. Ele sinaliza não entender tal comportamento da população, por acreditar ser um excelente gestor. É orientado, então, por um de seus conselheiros de que haveria solução ao caso, sendo uma das alternativas a conversa desse governante diretamente com o seu povo. Ao assimilar a orientação, o monarca, com expressão de ojeriza, retruca sobre a possibilidade de falar pessoalmente com a multidão.

No diálogo, o conselheiro real pondera: “- Não seria mais prudente entender o que o povo quer? Descobrir mesmo o que, de fato, o que a população pensa sobre Vossa Majestade?”. O Rei, em tom de repugnância, retruca: “- Você está sugerindo que eu [tosse] converse com o povo?!”. O súdito replica positivamente e o monarca conclui: “- Olha, Orlando, a sua ideia é tão, tão ruim, que pode até ser boa!” (GSHOW, 2018a).

O que mais chamou a atenção e estimulou à elaboração desse texto, além da conclusão discursiva do Rei, foi o enunciado que antecede ao repúdio do monarca sobre sua impopularidade, na sinalização de sua incompreensão pelo comportamento do povo: “- Esses ingratos parecem esquecer dos meus *feitos*” (GSHOW, 2018a).

Entre esses *feitos* (o termo “feito” será utilizado no decorrer do texto no sentido de “ações governamentais”) na ficção estão: a declaração de uma guerra desnecessária entre dois reinos depois da afronta ao colegiado dos Reis da região, o Conselho da Cália (GSHOW, 2018b). Essa atitude na novela, de acordo com o episódio veiculado

em 27 de fevereiro de 2018, demonstrou a pressão exercida pelo Rei Rodolfo para a realização de uma reunião desse Conselho para a tomada de uma decisão que interessaria apenas aos anseios do próprio monarca, caracterizando, assim, uma ação autoritária e politicamente unilateral. A reunião fora realizada extraordinariamente e a pauta apresentada foi reprovada por unanimidade pelos demais conselheiros. A decisão irritou o gestor, que chegou a ameaçar o Presidente da plenária e se retirou da sessão.

Em outro *feito*, o Rei ordenou a mudança da legislação de seu reino em proveito próprio e ainda forçou a relocação de conselheiros de importantes postos na monarquia, como o patriarcado da fé (GSHOW, 2018c). Nessa cena, o Rei Rodolfo anunciou um de seus conselheiros reais como o novo representante do cargo, sem reunir qualquer qualificação ou técnica como patriarca.

Esses são alguns *feitos* do soberano no decorrer dos capítulos do folhetim e que se aproximam de fatos da realidade política brasileira.

Há alguns parágrafos, referiu-se à *folkcomunicação*, que é uma possibilidade teórica pertinente ao olhar que se lança nessa crítica apresentada. Sendo parte relevante do arcabouço teórico do campo da comunicação, a *folkcomunicação* pode oferecer suporte analítico interdisciplinar sobre obras abertas, como as novelas. Dessa forma, assimilou-se a específica cena da novela a partir de repertório próprio dos autores desse texto, com base em suas experiências de vida e críticas correlacionais sobre os assuntos abordados no folhetim e a realidade brasileira.

Em apropriação da perspectiva teórica difundida por Luiz Beltrão na década de 1970, entende-se que a redecodificação da mensagem midiática (neste caso, como telespectadores de um produto novelístico veiculado em hegemônico canal de televisão) é premissa para reinterpretação “[...] da informação, de acordo com os valores comunitários, e diríamos, de acordo com o *ethos* de cada comunidade”, conforme dispõe Marques de Melo (1999).

Assim sendo, compreende-se que esse produto também é carregado de contradições, como Lopes (2003, p. 17) expõe ao caracterizar a televisão como reprodutora de “representações que perpetuam diversos matizes de desigualdade e discriminação”.

Compreendendo a novela como uma obra de ficção aberta, destaca-se que a recepção das mensagens divulgadas podem estimular livres reflexões individuais e coletivas sobre o cotidiano, expondo assim uma lógica de que a realidade pode estar qualificada na ficção, bem como o inverso, em sua devida proporção, conforme observado por Lopes (2003, p. 24): “teledramaturgia nacional ou eu vejo o Brasil na novela”. Afinal, em alguns folhetins, é possível perceber a arte ficcional com livre inspiração da vida real.

A partir disso, traça-se aqui uma correlação, de livre inspiração, da gestão do monarca autoritário da ficção com a realidade brasileira do então governo de Michel Temer. Destacam-se algumas ações políticas do referido governo, sobremaneira,

quanto às políticas sociais, em especial, às educacionais, e levanta-se o caráter de (não) diálogo ou proximidade da representação executiva do país com as bases da sociedade civil, entendida nesses escritos, como parte da superestrutura do Estado (GRAMSCI, 2002, v. 3) e que, em relação de forças com a sociedade política, está em constante exercício da hegemonia e, no caso específico, pautada na coerção e na dominação.

Ressalta-se que o Brasil é uma República Federativa em regime de federalismo de cooperação (CURY, 2010) e com garantias sociais advindas do Estado Democrático de Direito, “princípio em que o governo e o Estado necessitam de legitimidade vinda do povo” (VIEIRA, 2001, p. 13). Porém, não se deixa de anunciar que a democracia desse país é o da representatividade, logo, o povo é representado.

Os elementos referidos - coerção e dominação - muito se distanciam do conceito da democracia representativa, que se baseia, entre outras características, em decisões de modo socializado e coletivo. Entende-se que a democracia é um processo e não um fim, mesmo que moldada, adequada, ajustada a interesses outros, por vezes, até contrários à coletividade. Toma-se como entendimento de democracia, na atual conjuntura, o que Wood (2003) descreve como uma “democracia formal”, uma vez que o sistema capitalista e o ideário neoliberal são a ordem da globalização, que fomentam o individualismo, a meritocracia e a competição, valorizando cada vez mais o acúmulo do capital. Ou seja, é com a formalidade da democracia, que, reduzida a um princípio constitucional, abrem-se espaços inexpressivos ao social e seus debates.

Diante desse breve entendimento, e compreendendo que a democracia representativa ora não atende aos anseios da sociedade como um todo, observam-se nos *feitos* do então governo Michel Temer a caracterização de elementos não democráticos em uma série de medidas impositivas e deliberadas de forma unilateral, conforme seus enunciados publicados.

3 | DA FICÇÃO NOVELÍSTICA À REALIDADE BRASILEIRA

Em interessada alusão ao episódio que apresenta o lamento do Rei na ficção com a realidade da política brasileira, expõe-se o resultado da pesquisa de popularidade do então presidente Michel Temer. Divulgado pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, em 31 de janeiro de 2018, os números mostram 70% dos brasileiros a considerar o governo Temer ruim ou péssimo e aprovação de 6% dos respondentes (DATAFOLHA, 2018). Em pesquisa posterior da CNI-IBOPE, divulgada em junho de 2018, os números foram: 79% de reprovação e 4% como um bom governo (CNI-IBOPE, 2018).

Considerando o *feito* da ficção ao deflagrar uma guerra desnecessária entre reinos, descreve-se como aproximação da realidade ao novelístico, o decreto de intervenção na segurança pública do Rio de Janeiro como um dos elementos de estímulo à impopularidade presidencial.

Em publicação no portal da Presidência da República, à época, um dos poucos

enunciados do discurso do então presidente Michel Temer para justificar a intervenção são diretos e pretensiosos:

[...] a desordem é a pior das guerras. Começamos uma batalha em que nosso único caminho só pode ser o sucesso e contamos naturalmente com todos os homens e mulheres de bem do nosso lado (PLANALTO, 2018).

Como esses “homens e mulheres de bem”, cidadãos de uma República Federativa, em Estado Democrático de Direito, podem auxiliar em uma ação não discutida socialmente e apresentada como solução que nem mesmo se configura como ideal ou real. Não seria essa uma guerra forçada? Vê-se pretensão aproximada com o que ocorreu na ficção, diante da guerra imposta entre os reinos de Artena e Montemor.

Obstante à dúvida, o discurso positivista do então governo revelou o tom de uma gestão, que em seu próprio entendimento, “deu certo”: “[...] nós, que já resgatamos o progresso no nosso País e retiramos o País da pior recessão da sua história, nós agora vamos restabelecer a ordem” (PLANALTO, 2018).

Como não compreender tal impopularidade? Afinal, qual o motivo para tanta desaprovação, se, na ficção, o reino de Montemor nunca teve um monarca tão eficaz e eficiente em sua história? E, na vida real, uma falta de popularidade desprezada pela gestão governamental federal - não eleita democraticamente - que não dialogava com a sociedade e utilizou do aparelho estatal da repressão para solucionar uma crise que seguiu para além de armas e de bandidos. Como desaprovar um governo que retirou o país da “pior recessão da sua história”? Estranhamente, a mesma dúvida da personagem do Rei, Rodolfo de Monferrato, e do governante da vida real, Michel Temer, não fazia sentido aos próprios.

4 | IMPÉRIO DO NÃO-DIÁLOGO DIANTE DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Em semelhança aos *feitos* da novela, em que decretos e novas leis surgiam pela vontade aleatória do Rei, anuncia-se aqui o mantra “liberdade de escolha ao estudante”, conferido à publicidade oficial do governo Temer sobre o Novo Ensino Médio, instituído por meio da Medida Provisória nº 746 de 2016, transformada na Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017. (BRASIL, 2017).

Ora, política educacional definida com Medida Provisória (MP)! Ou seja, partindo de uma gestão sem programa de governo com pretensões de definir questões de “relevância e urgência” sem quaisquer contribuições sociais. O interessante é que, conforme divulgado no portal do Congresso Nacional, à época, o indicador do painel de consulta pública sobre aceitação ou não da então MP, teve registro expressivo de negação sobre o tema: 4.551 votos favoráveis e 73.554 contrários.

Sobre o contexto das audiências realizadas para a elaboração de tal MP até se tornar Projeto de Lei, Ferreti e Silva (2017, p. 396) destacam que: “[...] ainda que

estivesse presente nas audiências públicas um número expressivo de críticos da MP, suas argumentações não foram ouvidas, conforme atestam o PL de Conversão nº 34/2016 e a Lei nº 13.415/2017”. E concluem,

[...] a MP, assim como o conjunto de políticas não só educacionais, mas também econômicas, culturais e trabalhistas desencadeadas pelo governo Temer, é o resultado do fortalecimento da classe política e social que aparentemente tende a considerar o Neoliberalismo da Terceira Via suave demais para suas pretensões. Nesse contexto, o forte desgaste sofrido pelos setores populares, assim como pelos partidos de oposição, tem impedido e/ou dificultado ações contra-hegemônicas de caráter efetivo (*Idem*, 2017, p. 400-401).

E como se opor a *feitos* como o supramencionado, em que a guerra de posições é desigual por razão de interesses para além do social? E na ficção, como se opor ao Rei que manda à força quem o desobedece, mesmo sendo inocente?

Na seguinte ilustração, correlacionando o *feito* da ficção ao trocar os representantes do Conselho real e da fé sem quaisquer critérios, descreve-se o caso do Fórum Nacional de Educação (FNE), criado pela Portaria do Ministério da Educação nº 1.407 de 14 de dezembro de 2010, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). O FNE é um fórum expressivo na dimensão participativa, sendo uma “alternativa democrática de grande alcance”, pois, enquanto modelo colegiado, concede aos eleitos o poder de deliberação no campo educacional, sendo plural, participativa e não unipessoal, conforme Lima (2014, p. 1.072).

O FNE é “um espaço de interlocução entre a sociedade civil e o Estado brasileiro; uma reivindicação histórica da comunidade educacional e fruto de deliberação da Conferência Nacional de Educação (CONAE 2010)” (FNE, 2018). Em Regimento Interno do Fórum, é expresso em seu artigo 5º, que quaisquer membros representativos indicados para compor o Fórum “[...] serão nomeados por ato específico do Ministro de Estado da Educação, com base em resolução do Fórum” (FNE, 2014, p. 6). E ainda: a composição do pleno pode ser alterada, mas “deliberado em reunião ordinária marcada com esse objetivo, com presença de, no mínimo, dois terços dos membros do FNE” (FNE, 2014, p. 8).

Mesmo com uma normativa interna, de um Fórum legitimamente constituído em bases democráticas, eis um novo *feito* não democrático daquele governo: a expedição da Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017, sobre o FNE, que, entre outros enunciados, dispõe: “Considerando: [...] A **competência da União** [...], resolve: Art. 1º - **O Fórum Nacional de Educação - FNE será integrado por** membros representantes dos seguintes órgãos e entidades:[...] (BRASIL, 2017, grifos nossos).

Ou seja, a decisão sobre quais instituições, órgãos ou entidades não foi do próprio colegiado do FNE e, sim, conforme a referida Portaria, do Poder Executivo. Decisão que fere e contraria a natureza de deliberações que é de competência do pleno do Fórum. Indaga-se sobre qual método de diálogo foi praticado pela gestão à época? E qual concepção de democracia era fundante para aquele governo?

A impopularidade, mais uma vez, foi ratificada. Entre entidades expressivas que debatem e deliberam sobre ações da educação no Brasil e foram críticas ao então governo de Michel Temer e, também, às atuais políticas do MEC, está a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) que destaca: “[...] a retirada da ANPEd do FNE por parte do MEC significa excluir uma voz crítica à inoperância do Ministério da Educação” (ANPEd, 2017). Trata-se de representantes da sociedade civil que, de certo modo, foram “caladas” para não atrapalhar os interesses da agenda governamental.

E para findar as aproximações entre a ficção e a realidade, de tantos outros *feitos* daquele governo contra a educação, destaca-se como última ilustração uma das articulações que vão ao encontro do enunciado do Rei de Montemor sobre a ideia de falar diretamente com o povo ser “tão ruim, tão ruim que pode até ser boa!” (GSHOW, 2018). Na vida real, a estratégia de reverter o “bem pelo mal” não surtiu tanto efeito. Trata-se do Decreto Presidencial de 26 de abril de 2017, sobre a convocação da 3ª Conferência Nacional de Educação (CONAE).

No relato da Coordenação do FNE à Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, publicado no *site* da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE), são elencadas ações do MEC sem a devida consulta ao colegiado do Fórum sobre a realização da CONAE. No Decreto, há uma série de modificações das atribuições do Fórum diante da Conferência, que, regimentalmente, é de responsabilidade do FNE e não do MEC.

Apesar disso, a Presidência da República decretou que, “[...] sob a **orientação do Ministério da Educação** - MEC e observado o disposto no art. 8º da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, **promoverá a realização da CONAE [...]**” (BRASIL, 2017, grifos nossos).

Tais indicações de orientação, realização, datas das etapas nacional, estaduais, municipais e composições sobre a 3ª CONAE de 2018, à época, foram resultado da decisão unilateral e verticalizada do governo federal. Tais definições são opostas ao regimento interno do FNE e afrontam o que já havia sido disposto em Decreto Presidencial anterior, datado de 9 de maio de 2016 (BRASIL, 2016).

Conforme comunicado da representação do Fórum, este ato “[...] retira do FNE, espaço plural e hoje coordenado pela sociedade civil, a coordenação da Conae, que passa a se realizar ‘sob a orientação do Ministério da Educação – MEC’” (ANPAE, 2017).

A carta de repúdio a mais esse *feito* autoritário do então governo Michel Temer ressalta ainda mais a falta de proximidade daquela gestão junto aos integrantes do Fórum. O governo “altera todo o calendário para as conferências municipais ou intermunicipais, estaduais, distrital e nacional, afrontando o que foi deliberado pelo FNE, há cerca de um ano, sem qualquer diálogo ou mediação” (ANPAE, 2017).

Obstante a tal autoritarismo, o efeito contrário resultou na criação do Fórum Popular Nacional de Educação (FNPE), constituído em 2018 e, por conseguinte, na materialização da Conferência Popular Nacional de Educação (CONAPE), paralela

à estrutura hegemônica do executivo nacional. Em uma concepção democrático-radical, este tipo de ação é caracterizado por Gohn (2011, p. 21) como proposta de “criação de contrainstituições e estruturas paralelas, como forma de criar formas de experimentação social, questionar o poder dominante e deslegitimá-lo”. Desta forma, o Fórum Popular se manifestou em tom de resistência:

É diante desse cenário, que demanda forte contraposição, que se mobiliza esta Conferência Nacional Popular de Educação (Conape), como instrumento de resistência em defesa dos avanços e dos espaços de interlocução conquistados após décadas de muita luta e que agora estão sendo destruídos e/ou usurpados pelo atual golpe político, ao qual não interessa o fortalecimento de uma educação pública, laica, democrática, inclusiva, crítica e de qualidade socialmente referenciada (FNPE, 2017).

Mesmo decretando a convocação da CONAE, em 2018, o Governo Federal realizou às pressas as conferências municipais e estaduais, ao passo que as Conferências Populares foram realizadas entre os anos de 2017 e 2018, com massiva participação, sem auxílio da União, com recursos e mobilizações dos próprios trabalhadores e trabalhadoras da educação de vários estados e municípios brasileiros. Para a representação do Fórum Popular, esse movimento significou:

[...] a retomada da democracia no país e das vozes da sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais e das entidades educacionais; uma reafirmação do compromisso com uma educação verdadeiramente transformadora (FNPE, 2018).

Como não entender tamanha impopularidade de um governo que não assumiu o diálogo social? Apesar do descontentamento expresso nas pesquisas de opinião pública sobre aquele “governo real”, não houve o mesmo desfecho da ficção: o povo unido para a destituição do Rei inconsequente e a retomada de um lugar de todos/as e para todos/as.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Expôs-se nesse texto, ínfima parte sobre o modo como a gestão de Michel Temer (2016-2018) se posicionou e agiu diante das políticas sociais, sobretudo, educacionais no Brasil. Como tais eram discutidas, elaboradas, aprovadas e, em alguns casos, impostas solenemente à sociedade. Basta lembrar, de forma crítica, as campanhas publicitárias que foram veiculadas sobre o novo Ensino Médio, sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre o novo Fies, Enem, etc., elementos não expostos nesses escritos, mas que podem ser discutidos em outras inspirações criticamente necessárias.

Apesar de ser um texto empírico, cumpre destacar a importância de problematizar as ações que têm descaracterizado a conquista de movimentos sociais legítimos,

conforme descrito nesses escritos, especialmente nos espaços colegiados plurais e nas conferências de educação, respectivamente, o FNE e a CONAE. Espaços de deliberação que consideram, em suas ações, os diferentes olhares sobre as demandas da sociedade, sobremaneira, relacionadas à educação, em um país marcado por latentes desigualdades.

Ao observar o folhetim global (com (des)feitos arbitrários diante de leis e normativas existentes há séculos, de coroa a coroa) e correlacioná-lo com os (des)feitos legais brasileiros, conforme acompanhou-se no cotidiano político entre 2016 e 2018, há de se alertar sobre as mensagens que nos são lançadas por diversos meios de comunicação, especialmente os hegemônicos. E porque não olhar para além do que se vê nas novelas, nos filmes, nos seriados, nos desenhos, nos telejornais e nas redes sociais? Por qual razão não sair da caverna e dispensar as sombras?

Na conjuntura real, assim como na ficção, aparentemente, algumas leis e diversos direitos passam a não ter validade, passam a atender outros interesses, contrários à sociedade em sua concepção mais coletiva e, infelizmente, por vezes, pouco consciente e mobilizada; apesar de as pesquisas de opinião demonstrarem o descontentamento sobre a gestão. Contornos de uma situação contraditória, e, infelizmente, real.

O tom de desabafo desses escritos vai ao encontro da ideia crítica e assertiva de Mészáros:

Esperar da sociedade mercantilizada uma sanção ativa – ou mesmo mera tolerância – de um mandato que estimule as instituições de educação formal a abraçar plenamente a grande tarefa histórica do nosso tempo, ou seja, a tarefa de *romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana*, seria um milagre monumental (MÉSZÁROS, 2008, p. 45).

Nesse sentido, o autor provoca como possibilidade de um caminho, no âmbito educacional, que as soluções sejam “essenciais” e não meramente “formais”. Então, que tenhamos fôlego para seguir o caminho essencial, e que rompamos com a lógica do capital, mesmo que devagar, mas com esperança e sempre avante!

REFERÊNCIAS

ANPAE. **MEC restringe o FNE**. Disponível em: <<http://www.anpae.org.br/website/noticias/372-mec-restringe-fne>>. Acesso em 22 mar. 2018.

ANPED. **MEC dissolve composição do Fórum Nacional de Educação (FNE) e interdita diálogo com a sociedade civil**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/mec-dissolve-composicao-do-forum-nacional-de-educacao-fne-e-interdita-dialogo-com-sociedade>>. 22 mar. 2018.

BRASIL. **Decreto de 26 de abril de 2017**. Convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/dsn/Dsn14456.htm>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Lei nº 13.415 de 16 de fevereiro de 2017**. Institui o novo ensino médio. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm>. Acesso em: 24 mar. 2018,

_____. **Decreto de 9 de maio de 2016.** Convoca a 3ª Conferência Nacional de Educação. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/dsn/Dsn14386.htm>. Acesso em 22 mar. 2018.

_____. Ministério da Educação. **Portaria nº 577, de 27 de abril de 2017.** Dispõe sobre o Fórum Nacional de Educação. Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/9-uncategorised/1310-portaria-n-577-de-27-de-abril-de-2017>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. CNI. **Pesquisa CNI-IBOPE Avaliação do Governo.** Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/estatisticas/pesquisa-cnii-ibope-avaliacao-do-governo/>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

CONGRESSO NACIONAL. **Medida Provisória nº 746, de 2016.** Reformulação Ensino Médio. Disponível em: <<https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>>. Acesso em: 23 mar. 2018.

CURY, C. R. J.. A questão federativa e a educação escolar. In: **Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade.** Brasília: Unesco, 2010. p. 149-168.

DATA FOLHA. **Governo Temer é reprovado por 70%.** Disponível: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2018/01/1954759-governo-temer-e-reprovado-por-70.shtml>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FERRETI, C. J.; SILVA, M. R.. Reforma do ensino médio no contexto da medida provisória nº 746/2016: estado, currículo e disputas por hegemonia. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017.

FNE. **Fórum Nacional de Educação.** Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/forum/2016-01-05-11-49-54>>. Acesso em 22 mar. 2018.

FNE. **Regimento interno do Fórum Nacional de Educação (2014).** Disponível em: <<http://fne.mec.gov.br/images/pdf/RegimentoFNEagosto2014.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

FNPE. Fórum Nacional Popular de Educação. **Manifesto Conape 2018.** Disponível em: <<http://fnpe.com.br/documentos/>>. Acesso em 23 mar. 2018.

GOHN, M. G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção Questões de nossa época; v. 32).

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o estado moderno.** 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política.** vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GSHOW. **Deus salve o rei.** Rodolfo se lamenta com Orlando e Petrônio. 22 mar. 2018a. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/novelas/deus-salve-o-rei/capitulo/2018/03/22/videos-de-deus-salve-o-rei-de-quinta-feira-22-de-marco.ghtml>>. Acesso em 22 mar. 2018.

_____. **Deus salve o rei.** Capítulo de 27 fev. 2018b. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/novelas/deus-salve-o-rei/capitulo/2018/02/27/videos-de-deus-salve-o-rei-de-terca-feira-27-de-fevereiro.ghtml>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

_____. **Deus salve o rei.** Orlando anula o casamento de Lucrecia e Rodolfo. 19 mar. 2018c. Disponível em: <<https://gshow.globo.com/novelas/deus-salve-o-rei/vem-por-ai/noticia/orlando-anula-o-casamento-de-lucrecia-e-rodolfo.ghtml>>. Acesso em 22 mar. 2018.

LIMA, L. C. A gestão democrática das escolas: do autogoverno à ascensão de uma pós-democracia gestonária? **Educação Sociedade**, Campinas, v. 35, n°. 129, p. 1067-1083, out.-dez., 2014.

LOPES, M. I. V. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, n 26, p. 17-34, jan./abr. 2003.

MARQUES DE MELO, J. Folkcomunicação, contribuição brasileira à Teoria da Comunicação. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, v. 1, n 1, 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/viewFile/468/301>>. Acesso em: 26 mar. 2018.

_____. Luiz Beltrão: pioneiro dos estudos de folk-comunicação no Brasil. **Revista Latina de Comunicación Social**, 21, 1999. Disponível em: <<http://www.ull.es/publicaciones/latina/a1999dse/46beltrao.htm>>. Acesso em 26 mar. 2018.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. 2. ed. Trad. Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2008.

PLANALTO. Presidência da República. **Temer autoriza intervenção no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2018/02/temer-autoriza-intervencao-no-Rio-de-Janeiro-confira-o-ponto-a-ponto-do-discurso>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

VIEIRA, E. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, nov/2001.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

SOBRE O ORGANIZADOR

Marcelo Pereira da Silva - Pós-doutor em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, desenvolvendo o projeto intitulado: “Ecologia da Comunicação Organizacional – consumidores, instituições e públicos de afinidade nas redes sociais virtuais: interatividade, decepção, convivência e conflitualidade” (2018).

Doutor em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo na linha de pesquisa Comunicação Institucional e Mercadológica, defendendo a tese: “A comunicação corporativa e o discurso do consumidor contemporâneo nos sites sociais de reclamação: decepção e coabitação na rede – desafios e oportunidades” (2016).

Mestre em Comunicação Midiática pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, apresentando a dissertação: “Sentidos de Brasil na imprensa argentina – A teia noticiosa do periódico *Clarín* (2009).

Bacharel em Relações Públicas pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, na Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (2003).

Atualmente, é docente permanente do Mestrado Interdisciplinar “Cultura e Sociedade”, do Mestrado Profissional de Comunicação e do curso de Relações Públicas da Universidade Federal do Maranhão, Campus São Luís.

É diretor da Assessoria de Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, coordenando os Núcleos de Relações Públicas e Cerimonial, Rádio e TV, Web Jornalismo e Produção Visual e Publicidade desde agosto de 2018.

Coordena o Grupo de Pesquisa ECCOM – Ecologia da Comunicação Organizacional na Universidade Federal do Maranhão.

E-mail: marcelosilva_rp@hotmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

Aprendizagem 125, 127, 131, 133, 139, 140

Artes 28, 73, 74, 75, 145, 187, 270, 300, 302, 314

E

Ensino 15, 92, 95, 96, 97, 125, 127, 131, 132, 133, 136, 139, 140, 141, 142, 148, 149, 151, 153, 163, 166, 235

I

Interdisciplinaridade 84, 231, 241

M

Matemática 303

Metodologia 13, 14, 19, 25, 31, 34, 56, 59, 100, 112, 127, 132, 139, 141, 153, 159, 166, 197, 198, 220, 230, 232, 281, 303

R

Resolução de problemas 127, 278

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-684-3

